

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

*Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
Mestre em Direito pela UFMG. Professor do Curso de
Especialização em Direito do Trabalho da PUC-MG.*

**INDENIZAÇÕES POR
ACIDENTE DO TRABALHO OU
DOENÇA OCUPACIONAL**

5ª edição

revista, ampliada e atualizada



ÍNDICE

Abreviaturas e siglas usadas	13
Apresentação à 5^a edição	17
Prefácio da primeira edição — <i>Humberto Theodoro Júnior</i>	19
Introdução	25
1. Acidentes do trabalho no Brasil	27
1.1. Importância do problema	27
1.2. Os números dos acidentes	29
1.3. Histórico das leis acidentárias	33
2. Abrangência do conceito de acidente do trabalho	37
2.1. Necessidade do enquadramento legal	37
2.2. Espécies legais de acidentes do trabalho	39
2.3. Acidente típico	40
2.4. Doenças ocupacionais	45
2.5. Concausas	51
2.6. Acidente de trajeto	53
2.7. Outras hipóteses	55
3. Caracterização do acidente do trabalho	57
3.1. Comunicação do Acidente do Trabalho — CAT	57
3.2. Enquadramento técnico do acidente pelo INSS	62
3.3. Recurso administrativo contra o enquadramento	64
3.4. Ação judicial contra o enquadramento	66
4. Responsabilidade civil por acidente do trabalho	71
4.1. Direitos acidentários e reparações civis	71
4.2. Noção sobre responsabilidade civil	72
4.3. Evolução da responsabilidade civil por acidente do trabalho	74
4.4. Cumulação com os benefícios acidentários	78
4.5. Espécies de responsabilidade civil	89
4.6. Responsabilidade civil subjetiva	90
4.7. Responsabilidade civil objetiva	91
4.8. Responsabilidade civil nas terceirizações	92
5. Acidente do trabalho e responsabilidade civil objetiva	97
5.1. Desenvolvimento da teoria do risco	97
5.2. Abrangência da responsabilidade civil objetiva	100

5.3. A teoria do risco acolhida no novo Código Civil	105
5.4. É aplicável a inovação do Código Civil no acidente do trabalho?	106
5.5. Extensão da responsabilidade objetiva do novo Código Civil	112
5.6. A mensuração do risco pelo Fator Acidentário de Prevenção	119
5.7. O seguro acidentário e a indenização pela teoria do risco	121
5.8. Perspectivas da responsabilidade civil por acidente do trabalho	125
6. Nexo causal no acidente do trabalho	135
6.1. Causalidade como pressuposto da indenização	135
6.2. Enfoque acidentário e da responsabilidade civil	136
6.3. Nexo nos acidentes e doenças ocupacionais	142
6.4. Nexo concausal	146
6.5. Excludentes do nexo causal	151
6.6. Culpa exclusiva da vítima	151
6.7. Caso fortuito ou de força maior	153
6.8. Fato de terceiro	157
7. Culpa do empregador no acidente do trabalho	164
7.1. A culpa como pressuposto da indenização	164
7.2. Distinção entre dolo e culpa	164
7.3. Abrangência do conceito de culpa	165
7.4. Culpa contra a legalidade	168
7.5. Culpa por violação do dever geral de cautela	184
7.6. Graus de culpa: grave, leve e levíssima	188
7.7. Culpa exclusiva da vítima	191
7.8. Culpa concorrente da vítima	191
7.9. Presunção de culpa do empregador	196
8. Danos decorrentes do acidente do trabalho	205
8.1. O dano como pressuposto da indenização	205
8.2. Quando o acidente provoca danos	206
8.3. Dano material	208
8.3.1. Abrangência	208
8.3.2. Dano emergente	209
8.3.3. Lucro cessante	209
8.4. Dano moral	211
8.4.1. Evolução e abrangência	211
8.4.2. Fundamentos constitucionais do dano moral	214
8.4.3. Cumulação com o dano material	218
8.4.4. Finalidade da indenização por dano moral	218
8.4.5. Cabimento do dano moral no acidente do trabalho	220

8.4.6. Prova do dano moral	221	
8.4.7. Critérios para arbitramento da indenização	224	
8.4.8. Controle do montante indenizatório pelo TST	228	
8.4.9. Dano moral na responsabilidade objetiva	230	
8.5. Dano estético	232	
8.5.1. Conceito e abrangência	232	
8.5.2. Cumulação com o dano moral	233	
8.6. Do risco ergonômico para o risco econômico	236	
9. Indenizações nos acidentes do trabalho com óbito	238	
9.1. Considerações iniciais	238	9.2. Apuração e
reparação dos danos	239	
9.2.1. Danos emergentes	239	
9.2.2. Lucros cessantes ou pensão	240	
9.2.3. Danos morais	241	
9.3. Natureza jurídica da pensão	244	
9.4. Beneficiários da pensão	248	
9.4.1. Titulares do direito ao pensionamento	248	
9.4.2. Pensionamento do cônjuge ou companheiros	251	
9.4.3. Pensionamento dos filhos	253	
9.4.4. Pensionamento dos pais	254	
9.4.5. Pensionamento de outros beneficiários	256	
9.5. Base de cálculo da pensão	257	
9.6. Constituição de capital para garantia do pensionamento	262	
9.7. Termo final da pensão	268	
9.8. Direito de acrescer dos beneficiários remanescentes	274	
9.9. Legitimidade para postular a indenização por dano moral	276	
9.9.1. Transmissibilidade do dano moral	277	
9.9.2. Titulares do direito à indenização por dano moral	283	
9.9.3. Arbitramento da indenização quando há vários lesados	287	
10. Indenizações nos acidentes do trabalho sem óbito	290	
10.1. Danos quando a vítima sobrevive ao acidente	290	
10.2. Prova pericial para mensuração dos danos	291	
10.3. Indenizações no caso de invalidez permanente	299	
10.4. Indenizações no caso de redução da capacidade	307	
10.5. Possibilidade de revisão do pensionamento	312	
10.6. Opção do acidentado pelo pagamento integral	313	
10.7. Indenizações no caso de incapacidade temporária	317	
10.8. Indenizações no caso de acidente sem afastamento	319	

11. Prescrição	321
11.1. Considerações iniciais	321
11.2. Prazo prescricional: civil ou trabalhista?	322
11.3. Regras de transição para a prescrição civil	330
11.4. Prescrição nas ações ajuizadas antes da EC n. 45/04	333
11.5. Prescrição nas ações ajuizadas após a EC n. 45/04	338
11.6. Início da fluência do prazo prescricional	340
11.7. Prescrição nas ações ajuizadas por domésticos	347
11.8. Prescrição nas ações do trabalhador não empregado	350
11.9. Pronunciamento de ofício da prescrição	351
12. Ação revisional nas indenizações por acidente do trabalho	358
12.1. Considerações iniciais	358
12.2. Cabimento da ação revisional	359
12.3. Competência para julgamento	362
12.4. Limites e efeitos da ação revisional	363
12.5. Alteração ocorrida antes do trânsito em julgado	367
12.6. Questões controvertidas sobre o cabimento da ação revisional	369
12.7. Alteração ocorrida após a indenização paga de uma só vez	369
12.8. Alteração ocorrida após a celebração de acordo	371
12.9. Morte do acidentado	372
13. Controvérsias sobre a competência	374
13.1. Histórico das controvérsias sobre a competência	374
13.2. Consolidação da competência da Justiça do Trabalho	381
13.3. Processos em andamento na Justiça Comum	386
13.4. Ação ajuizada por pessoa diversa do acidentado	387
13.5. Ação do acidentado sem vínculo de emprego	392
13.6. Ação rescisória de julgado da Justiça Comum	393
13.7. Ação revisional do pensionamento	396
13.8. Ação do acidentado em face do INSS	397
14. Acidente sofrido por trabalhador doméstico ou não empregado	400
14.1. Considerações iniciais	400
14.2. Acidente do trabalho e acidente no trabalho	400
14.3. Acidente ocorrido no âmbito doméstico	402
14.4. Competência para julgar a ação indenizatória	403
14.5. Análise do cabimento de indenização	403
14.6. Ajustamentos na apreciação da culpa	404
14.7. Fixação do valor da indenização	408
14.8. Prescrição aplicável	409

15. Liquidação da sentença nas indenizações	410
15.1. Considerações iniciais	410
15.2. Contribuição para a Previdência Social	411
15.3. Correção monetária	411
15.4. Juros de mora	415
15.5. Retenção de imposto de renda na fonte	418
15.6. Quadro sinóptico das incidências cabíveis	424
Anexo I — Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho, conforme previsto no art. 20 da Lei n. 8.213/1991	425
Anexo II — Lista A — Agentes ou fatores de risco de natureza ocupacional relacionados com a etiologia de doenças profissionais e de outras doenças relacionadas com o trabalho	434
Anexo III — Lista B — Doenças e os respectivos agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional	451
Anexo IV — Relação das situações que dão direito ao auxílio-acidente	492
Anexo V — Tabela da SUSEP para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente	497
Anexo VI — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2003	499
Anexo VII — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2004	502
Anexo VIII — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2005	505
Anexo IX — Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil — Ano 2006	508
Anexo X — Íntegra do acórdão do conflito de competência n. 7.204-1, julgado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, no dia 29 de junho de 2005	511
Bibliografia	529
Índice Alfabético e Remissivo	539